



PLANO DE AÇÃO ANUAL

2022-2023



Fazer
bem feito
para fazer
dar certo.



	ÁREA	ASSUNTO	O QUE	COMO	POR QUE	QUEM	QUANDO	
							INÍCIO	TÉRMINO
1	ADMINISTRATIVA	DECRETO DE ESTRUTURA BÁSICA DA AGEPREV	Elaborar, aprovar e publicar o Decreto de Estrutura Básica da Ageprev	Realizar levantamento acerca das competências e organização das diretorias e demais setores que compõem a estrutura básica da autarquia para atualização e adequação dos seus termos.	Com a publicação da Lei 6.035, de 26 de dezembro de 2022, que reorganizou a estrutura administrativa do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, a criação da Coordenadoria Jurídica da PGE na Ageprev e regulamentação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo que criou a USCI na Ageprev, bom como pela necessidade de atualização e adequação da divisão de competências dos setores da autarquia.	DIPRES	JANEIRO	OUTUBRO
2	ADMINISTRATIVA	REGIMENTO INTERNO	Elaborar, aprovar e publicar o Decreto de Estrutura Básica da Ageprev	Realizar levantamento acerca do detalhamento das competências e organização das diretorias e demais setores que compõem a estrutura básica da autarquia para atualização e adequação dos seus termos.	Com a publicação da Lei 6.035, de 26 de dezembro de 2022, que reorganizou a estrutura administrativa do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, a criação da Coordenadoria Jurídica da PGE na Ageprev e regulamentação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo que criou a USCI na Ageprev, bom como pela necessidade de atualização e adequação da divisão de competências dos setores da autarquia.	DIRADJ	JANEIRO	DEZEMBRO
3	ADMINISTRATIVA	ATUALIZAÇÃO DO MANUAL DE ROTINAS RPPS/MS	Em razão da aquisição do Sistema Integrado de Gestão Previdência – SISPREV e consequente virtualização dos processos previdenciários com alteração das ações e rotinas de tramitação dos procedimentos, surgiu a necessidade de revisar e atualizar as normas, rotinas administrativas e fluxos descritos no documento publicado em 2019.	Estudo, pesquisa e entrevistas do fluxo de tramitação e rotinas administrativas com a finalidade de adequar e atualizar as descrições dos processos de maneira a manter a uniformização das ações e procedimentos da Ageprev.	É dever do Estado prestar um serviço público de qualidade, eficiente, célere e transparente. O Manual de Rotinas do Regime Próprio de Previdência Social foi instituído como instrumento administrativo de caráter normativo e de observância obrigatória, e a sua atualização e adequação garantirá segurança e eficiência das práticas administrativas.	NAHPS	JANEIRO	DEZEMBRO
4	ADMINISTRATIVA	RELATÓRIO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA 2023	Elaborar e publicar o Relatório de Governança Corporativa, edição 2023, com a finalidade apresentar a prestação de contas do Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Mato Grosso do Sul – RPPS/MS, disponibilizando informações que permita aos segurados, beneficiários e à sociedade em geral, o acompanhamento das principais atividades desenvolvidas pela Agência de Previdência Social do Estado – Ageprev.	Monitoramento das atividades executadas pelos setores da Agência de Previdência Social e coleta de dados e informações constantes no Manual do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - PRÓ-GESTÃO, exigidas para obtenção de certificação nível II	A prática dos conceitos de Governança Corporativa está estritamente relacionada à constante busca pela eficiência e gestão de integridade. O exercício desses valores contribui para adoção de uma rotina de boas práticas de gestão e manutenção de um ambiente corporativo íntegro, ético e transparente.	DIPRES	JANEIRO	DEZEMBRO

ÁREA	ASSUNTO	O QUE	COMO	POR QUE	QUEM	QUANDO		
						INÍCIO	TÉRMINO	
5	ADMINISTRATIVA	CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL	Propiciar aos dirigentes e Conselheiros da autarquia a realização da prova de certificação profissional.	Contratação de entidade credenciada pela Secretaria da Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência para aplicação de exame de certificação, Nível Intermediário, na Modalidade Exame por Prova e Títulos	Face às disposições contidas no Inc. II do Art. 8º-B da Lei Federal 9.717/98, e Inc. II do Art. 76 da Portaria MPT nº 1.467/2022, os dirigentes da unidade gestora do RPPS devem possuir certificação profissional por meio de processo realizado por entidade certificadora para comprovação de atendimento e verificação de conformidade com os requisitos técnicos necessários para o exercício de determinado cargo ou função.	DIRAF	JANEIRO	DEZEMBRO
6	ADMINISTRATIVA	IMPLANTAÇÃO CONSELHO DELIBERATIVO E FISCAL	Iniciar o processo de implantação dos Conselhos Deliberativo e Fiscal criados pela Lei 6.034, de 26 de dezembro de 2022.	Provocar os Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, Ministério Público, Tribunal de Contas e Defensoria Pública para que indiquem os membros a compor os Conselhos Deliberativo e Fiscal e instaurar procedimento administrativo para indicação dos membros representantes das entidades de representação dos segurados ativos e inativos do RPPS/MS, de acordo com as orientações da Lei 6.034/2022	A Lei nº 6.034, de 26 de dezembro de 2022, que alterou a Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005, extinguiu o Conselho Estadual de Previdência e criou os Conselhos Deliberativo e Fiscal como órgãos colegiados permanentes de deliberação superior com a função de acompanhar, supervisionar e fiscalizar esta Agência de Previdência de Mato Grosso do Sul na condução da administração do MSPREV. A Lei prevê o processo de instalação dos Conselhos, que deve ser provocado pela unidade gestora.	DIRADJ	JANEIRO	JULHO
7	ADMINISTRATIVA	CERTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	Adesão ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social - PRÓ -GESTÃO	Realizar o diagnóstico da gestão previdenciária da unidade gestora; definir o nível de aderência; preencher, assinar e enviar o termo de adesão à Comissão do Pró-Gestão; elaborar Plano de Trabalho; escolher e contratar entidade certificadora credenciada; obtenção do certificado.	A adesão ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social - PRÓ-GESTÃO contribui para a modernização e profissionalização do RPPS ao estabelecer padrões de atividades com maior controle e transparência.	DIRADJ	JULHO	DEZEMBRO
8	ATENDIMENTO	ELABORAÇÃO DO CÓDIGO DE ÉTICA	Elaboração do Código de Ética da Ageprev no qual são retratados a missão, a visão e os princípios da Agência.	Elaboração do Código de Ética da Ageprev, no qual deverão constar a missão, a visão e os princípios da Agência e difundi-lo entre os servidores para que esses tenham ciência de suas responsabilidades para dar cumprimento ao item 3.2.4 do Manual do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - PRÓ-GESTÃO, exigidas para obtenção de certificação nível II	Por meio dele é possível conhecer os valores cultivados pela instituição e a função que ela exerce na sociedade, reafirmando assim o compromisso dos gestores do RPPS com uma atuação responsável, transparente e sustentável.	DIRADJ	JANEIRO	DEZEMBRO

	ÁREA	ASSUNTO	O QUE	COMO	POR QUE	QUEM	QUANDO	
							INÍCIO	TÉRMINO
9	ATENDIMENTO	REMODELAGEM E EXPANSÃO DA PERÍCIA MÉDICA	Expansão e melhoria do atendimento médico pericial	A expansão do atendimento da perícia médica poderá ocorrer por meio do credenciamento de médico perito para atender as demandas de perito individual e de junta médica.	Propiciar, entre outras vantagens, a redução de custos e a comodidade do segurado residente nos municípios do interior para que tenham o atendimento médico pericial no seu município de residência ou um polo mais próximo.	DIPEM	AGOSTO	DEZEMBRO
10	ATENDIMENTO	PERPP - Programa de Educação Previdenciária do Regime Próprio de Previdência Social de MS	Elaboração do Programa de Educação Previdenciária, apresentando ações estratégicas, referente a disseminação das informações e conhecimentos sobre o RPPS, aos gestores, conselheiros e a todos os segurados ativos, aposentados e pensionistas, passando um conjunto de ações de qualificação, treinamento e formação específica, voltadas à melhoria da qualidade de vida, promoção da saúde, prevenção de doenças, educação financeira, planejamento e transição para a aposentadoria, vida	Informar e conscientizar os servidores sobre seus direitos e deveres em relação ao Regime Próprio de Previdência, com a finalidade de assegurar a proteção social aos segurados de Mato Grosso do Sul e suas famílias.	A necessidade de desenvolver um modelo de gestão previdenciária participativa, inovadora, transparente e educacional, capaz de observar além do caráter contributivo e o equilíbrio financeiro e atuarial, indispensável para sustentabilidade e a manutenção dos benefícios, a Educação Previdenciária, agregando valor na identificação das carências e dos gaps enfrentados pelos órgãos, especificamente os Recursos Humanos, segurados em geral, e também entidades do setor público estadual.	NAHPS	AGOSTO	OUTUBRO
11	ATENDIMENTO	CARTILHA DE EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	Criação da cartilha dos segurados ativos da Agência, de forma lúdica e bem didática, disseminando os conhecimentos relacionados aos Benefícios Previdenciários, suas exigências legais e especificidades.	Garantir aos segurados ativos, o acesso rápido e fácil aos direitos previdenciários.	O segurado ativo ao longo de sua vida funcional, necessita ter conhecimentos, sejam eles legais ou administrativos, para promover ao final de sua trajetória laboral, o planejamento da sua vida pré e pós aposentadoria	NAHPS - Núcleo de Atendimento Humanizado Psicossocial	JULHO	NOVEMBRO
12	ATENDIMENTO	GUIA DO SEGURADO	Elaboração do Guia do segurado, ativo, aposentado e pensionista, com intuito de auxiliá-los com relação a estrutura física e operacional da Agência.	Informar aos segurados através do guia informativo, sobre a estrutura física, operacional e administrativa da Agência, suas funcionalidades, aonde recorrer, como iniciar os processos e a quem procurar.	O intuito deste guia é servir de referência para a obtenção de informações técnicas sobre a utilização dos serviços da Agência, documentações, locais, entre outros, reduzindo dúvidas dos segurados.	NAHPS - Núcleo de Atendimento Humanizado Psicossocial	NOVEMBRO	DEZEMBRO

	ÁREA	ASSUNTO	O QUE	COMO	POR QUE	QUEM	QUANDO	
							INÍCIO	TÉRMINO
13	ATUARIAL	EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT	Elaboração da proposta de Equacionamento do Déficit Atuarial com o fim de implementar as medidas necessárias para amortização do déficit e garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do regime de forma a viabilizar definitivamente a sua sustentabilidade do RPPS/MS	Apresentar o estudo atuarial com possíveis cenários a serem adotados pelo ente para o Conselho de Governança com o fim de eleger a melhor proposta para equacionamento do déficit atuarial do RPPS/MS ; criação de Grupo de Trabalho Interinstitucional formado por representantes da Secretaria de Estado de Administração, Secretaria de Estado de Fazenda, Procuradoria-Geral do Estado, Secretaria de Estado de Governo e Consultoria Legislativa para análise dos estudos e escolha da proposta; apresentação da proposta à SRPPS do MPS para aprovação; encaminhar projeto de Lei à ALMS para aprovação.	O Governo do Estado de Mato Grosso do Sul foi notificado pela Secretaria de Regimes Próprios do Ministério da Previdência Social em 2018, para apresentação de proposta que atenda o equilíbrio financeiro e atuarial do regime e viabilize a sua sustentabilidade, sob pena de não renovação do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP.	DIRADJ	MARÇO	DEZEMBRO
14	ATUARIAL	RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ATUARIAL	Elaboração do Relatório de Avaliação Atuarial da Agência de Previdência Social do Estado de Mato Grosso do Sul	Levantamento e monitoramento das informações e dados relativos à unidade gestora e ao Regime Próprio de Previdência do Estado para elaboração do Relatório de Avaliação Atuarial.	O Relatório de Avaliação Atuarial é ferramenta necessária para a quantificação das obrigações previdenciárias do plano de benefícios do Governo Estadual do Mato Grosso do Sul, verificando sua estabilidade atual e propondo alternativas de custeio que prestigiem o equilíbrio e a perenidade do sistema	ATUÁRIO	JANEIRO	DEZEMBRO
15	ATUARIAL	RELATÓRIO GERENCIAL DE GESTÃO ATUARIAL	Elaboração do Relatório Gerencial de Gestão Atuarial da Agência de Previdência Social do Estado de Mato Grosso do Sul	Estudo atuarial contendo a análise das últimas três avaliações Avaliações Atuariais, com comparativo entre a evolução das receitas e despesas estimadas e as efetivamente executadas, segregadas por tipo de benefício, em atendimento ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - Pró-Gestão RPPS/MS	O Relatório Gerencial de Gestão Atuarial - RGGA tem o objetivo de garantir maior transparência, credibilidade, organização e acesso às informações, para que os gestores previdenciários dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) possam, dentro da prática da boa governança corporativa que norteia a Previdência Social em geral, acompanhar mensalmente a evolução dos passivos e ativos previdenciários, estabelecendo a prática de gerenciamento.	ATUÁRIO	JANEIRO	NOVEMBRO

	ÁREA	ASSUNTO	O QUE	COMO	POR QUE	QUEM	QUANDO	
							INÍCIO	TÉRMINO
16	BENEFÍCIOS	SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA	implantação do Sistema Integrado de Gestão Previdenciária - SISPREV	implantação do Sistema Integrado de Gestão Previdenciária - SISPREV que concentrará informações sobre cadastro de segurados, censo previdenciário presencial e online, cálculo e concessão de benefícios previdenciários, simulação de benefícios, emissão de Certidões e Declaração por tempo de Contribuição, cálculos de aposentadoria, compensação previdenciária e Portal da Transparência, integrados à Folha de Pagamento e a Gestão Financeira E CON, que deve compreender os setores de contabilidade pública e execução orçamentária	A utilização de uma ferramenta de gestão de dados dos servidores pela internet contribuirá com a eficiência, acesso aos dados e controle de dados dos servidores, bem como na emissão de Certidões de Tempo de Contribuição. A simulação de benefícios até a sua efetiva concessão, de forma ágil, segura e eficaz, é de primordial importância para a otimização da prestação de serviços aos segurados, evitando erros e demoras desnecessárias na concessão de benefícios. A Auditoria Coordenada promovida pelo Tribunal de Contas da União em conjunto com o Tribunal de Contas do Estado, em suas conclusões, solicita cronograma de ações contendo, entre elas, a implantação de sistema de gestão previdenciária, produto este que o RPPS não possui.	DIRGIN / DIRB	JANEIRO	DEZEMBRO
17	COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	RESGATE DE DOCUMENTOS PARA COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	Resgate de Certidões de Tempo de Contribuição e demais documentos hábeis para a compensação previdenciária entre Regimes Próprios de Previdência Social e entre o Regime Próprio de Previdência Social de Mato Grosso do Sul e o Regime Geral de Previdência Social.	Gestão e acompanhamento do trabalho de busca, organização, digitalização e processamento do acervo documental de todos os aposentados, instituidores de pensão, militares dos quadros da reforma e reserva remunerada, além dos ex-servidores, mesmo os cessados, com o objetivo específico de efetuar preparar e revisar a compensação financeira que trata a Lei 9.796/99 e/ou a cooperação financeira que trata a LC 31/1977	Com as mudanças moduladas pela Emenda Constitucional nº 103/2019, e mais especificamente pelo Decreto nº 10.188/2019 em relação a compensação previdenciária, torna-se urgente a necessidade de se buscar os recursos previdenciários que os aposentados e instituidores de pensão do Estado de MS contribuíram à outros regimes de previdência, principalmente do Estado de Mato Grosso. Importante frisar que no caso específico de Mato Grosso, além da possibilidade da compensação previdenciária, deverá ser trabalhada todas as possibilidades para a realização da cooperação financeira que trata a LC nº 31/1977.	DIRAF	JANEIRO	DEZEMBRO
18	FINANCEIRA	REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA E REUNIÕES COM COLEGIADOS	Realizar Audiência Pública em atendimento ao Pró-Gestão	Realizar Audiência Pública para apresentação do Relatório de Governança Corporativa, dos resultados da Política de Investimentos e da Avaliação Atuarial referentes ao ano de 2022, em atenção ao em atendimento ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, instituído pela Portaria MPS nº 185/2015 - PRO-GESTÃO RPPS	O item 3.3.2 do Manual do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social - PRÓ-GESTÃO exige a realização de audiência Pública anual com os segurados, representantes do ente federativo (Poder Executivo e Legislativo) e a sociedade civil, para exposição e debates sobre o Relatório de Governança Corporativa, os resultados da Política de Investimentos e da Avaliação Atuarial	DIRADJ	JULHO	NOVEMBRO

	ÁREA	ASSUNTO	O QUE	COMO	POR QUE	QUEM	QUANDO	
							INÍCIO	TÉRMINO
19	INVESTIMENTOS	CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL	Propiciar aos servidores membros do Comitê de Investimentos - Coin a realização da prova de certificação profissional.	Contratação de entidade credenciada pela Secretaria da Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência para aplicação de exame de certificação, Nível Intermediário, na Modalidade Exame por Prova e Títulos	Face às disposições contidas no Inc. II do Art. 8º-B da Lei Federal 9.717/98, e Inc. II do Art. 76 da Portaria MPT nº 1.467/2022, os membros do Comitê de Investimentos devem possuir certificação profissional por meio de processo realizado por entidade certificadora para comprovação de atendimento e verificação de conformidade com os requisitos técnicos necessários para o exercício de determinado cargo ou função.	DIRAF	JANEIRO	DEZEMBRO
20	JURÍDICA	INSTALAÇÃO DA COORDENADORIA JURÍDICA DA PGE - CJUR/AGEPREV	Oferecer estrutura física adequada para instalação e funcionamento da Coordenadoria Jurídica da Procuradoria-Geral do Estado no âmbito da Ageprev.	Franquear o acesso aos procedimentos administrativos em tramitação e processos judiciais intaurados ou de interesse da autarquia, bem como prestar informações e promover adequações de fluxo interno que permita o regular desenvolvimento das atividades da unidade.	Após o julgamento da ADI 6292/MS, que declarou inconstitucional a legislação que instituiu a carreira de Procurador de Entidades Públicas a Procuradoria-Geral do Estado - PGE, por meio da Resolução PGE/MS/Nº 380, de 29 de junho de 2022, criou a Coordenadoria Jurídica da PGE na Agência de Previdência Social - CJUR/AGEPREV que assumiu as funções relativas à representação judicial e consultoria jurídica da autarquia.	CJUR	JANEIRO	DEZEMBRO
21	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	CENSO PREVIDENCIÁRIO	Realizar o Recenseamento Previdenciário para coletar, atualizar e validar todas as informações dos membros e servidores públicos, titulares de cargo efetivo, civis e militares, ativos, aposentados, bem como os militares da reserva e da reforma remunerada e os beneficiários de pensão por morte, de maneira a aprimorar o sistema de gestão previdenciária do estado.	Realização de procedimento licitatório para contratar o serviço de recenseamento previdenciário de acordo com as técnicas descritas em Estudo Técnico Preliminar - ETP, para obter a melhor proposta com o fim de atender as necessidades da AGEPREV/MS	Cumprir a exigência contida na Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004, com a finalidade de contribuir para agilizar os procedimentos de concessão de benefícios aos segurados e evitar fraudes e pagamentos indevidos, gerando, por consequência, maior segurança nos procedimentos de concessão de benefício, bem como economia e redução de recursos indevidos empregados no custeio da folha de pagamento.	DIRGIN	JANEIRO	JULHO